

O PODER DE COMPRA

CMP 2.1.9.77

Celso Maria de Mello Pupo

Entendem alguns observadores que os paulistas que viviam de roça no período intermediário da caça do índio e das descobertas das minas, eram homens pouco afeitos ao trabalho; a nossa agricultura foi de produção mesquinha e os ganhos tão modestos que um observador econômico do porte de um Roberto Simonsen, afirmou que os roceiros "viviam na mesma miséria".

Roceiro era quem vivia de plantio de milho, feijão, arroz, algodão e produção de aguardente, proprietários de pequenos sítios, generalidade das unidades agrícolas da época. Roceiro era o dono, muitas vezes senhor de escravos e, mesmo na modesta economia da capitania, não deixava de ser dono ou ocupante de terras com edificações, gado e culturas. A palavra hoje tem outra significação para designar trabalhador braçal.

E o roceiro não podia se expandir por lhe faltar mercado; os roceiros de Campinas, de antes ou depois da fundação em 1774, vendiam seus produtos para viajantes da estrada de Goiás, mercado restrito e incerto. Filhos destes, gozaram do tempo da exportação do açúcar e, então, saltaram na sua situação econômica e passaram a ser abastados e poderosos senhores de engenho.

Este é o fato que indica bem a importância da capacidade de compra na prosperidade. Hoje mesmo, segundo nos relatou um forte comerciante, estão em intenso movimento a indústria e comércio que exportam, que dispõem de mercado, enquanto retraído é o movimento da indústria e comércio que só vendem nas praças do país, o que nos testifica uma retração do consumo interno.

Estamos nós saindo de um grande período de política inflacionária iniciado em 1930. Destes trinta anos, a desastrosa política econômica criou no povo uma mentalidade inflacionária, uma teimosia no uso indiscriminado do crédito mesmo sem necessidade imediata, mas com o objetivo de aproveitar preços antes de sua alta que se fazia inapelavelmente.

Todo o povo, então, habituou-se a comprar o máximo, comprar a crédito, comprar antecipadamente, pois no fim do prazo obtido para o pagamento, a mercadoria já teria sofrido alta no preço; mas estas compras não significam o poder de compra. Era o governo com a sua política inflacionária criando a falsa mentalidade de compra aventureira, de compra para pagamento futuro, de ânsia de compra que suprime, inteiramente, o equilíbrio, porque dinheiro guardado se desvalorizava com prejuízo para seu detentor.

O movimento de 31 de março, encontrou es-

ta situação que ele se vem esforçando para extinguir com dificuldades que retardam os resultados. Para extinguir a inflação, reduz-se o crédito e se reduz possibilidade de compra do povo com salários e vencimentos mantidos em níveis modestos; mas, reduzida a capacidade aquisitiva do povo, para compra das utilidades, reduz-se fatalmente, o consumo, o que reflete no movimento comercial e industrial.

E' necessário ressaltar que a verdadeira capacidade aquisitiva do povo, depende mais dos particulares do que governo; isto se mostra com um fato que agora se vê em Campinas, e que é o interesse que desperta no povo, uma indústria de capital estrangeiro, uma indústria que instala suas fábricas em nosso município e logo admite pessoal com salários mais altos que os pagos na região.

Estas indústrias quando se instalam, já tem mercado para seus produtos, mas, também, já trazem mais adiantada orientação de negócios, como os norte-americanos que tiveram um orientador sábio, e que hoje usufruem das vantagens da boa orientação.

Henry Ford I deixou escritas normas de orientação industrial das mais inteligentes. Ele era um técnico no seu ramo e fez, ele mesmo, o seu primeiro automóvel, como julgava mais útil ao povo, afirmando que faria o carro das multidões; e o fez. O carro Ford da década 1920-1930, era o mais barato, mais leve, mais econômico, mais capaz de vencer nossas estradas de terra, enfim, o carro que o povo podia adquirir; esta situação invejável de sua indústria, foi abandonada pelos seus sucessores e hoje conquistada pelo Volks.

Vencedor absoluto no produto fabricado e no resultado econômico de sua indústria, Ford deixou escrita sua teoria que dominou os Estados Unidos, mas que é desconhecida no Brasil, país que se inicia numa senda industrial que terá de seguir e ombrear com a grande nação do norte-americano.

O passado é uma lição e o livro que Henry Ford escreveu, "Minha Obra e Minha Vida" editado em São Paulo em 1925, traz ensinamentos valiosos, num dos quais, ele diz: "a prosperidade existe quando o maior número de indivíduos pode levar uma vida agradável, tendo equitativamente tudo quanto precisa em bens materiais. A prosperidade não se avalia pelo ativo do produtor, mas pelo grau de comodidade em que vive o povo, comodidade para a qual o produtor tem obrigação de trabalhar. Só assim é que ele se tornará verdadeiramente útil à sociedade".

Quando em 1928 tivemos ocasião de demonstrar pelas colunas do "Diário da Noite", com es-

tatísticas e gráficos de produção e consumo, que a defesa oficial do café que então se fazia, estava condenada ao fracasso, desgostamos os fazendeiros e comerciantes do produto. Quando este fracasso se manifestou na queda tremenda de 1929, vimos realizados os nossos prognósticos. Sapo de fora não chia, dizem os baralhistas; mas também acertam.

Naqueles anos, pelo cargo que ocupávamos, tivemos abundante correspondência com adidos comerciais brasileiros; delas nasceu-nos o conhecimento de haver muitas regiões da Europa desejosas de beber café, enquanto nós perdíamos esses mercados com a atrasada política de preço elevado, retendo a mercadoria em nossos armazéns. E Ford indaga e responde: "onde é que vêm o dinheiro que movimentam o organismo comercial? Inegavelmente vem do consumidor".

Aqui está, então, a base fundamental da prosperidade; a capacidade aquisitiva do povo, sua capacidade de compra; do nacional para comércio e indústrias que trabalham para o brasileiro, e dos externos para os produtos de exportação.

A inflação é ópio que se implantou no Brasil de 1930 a 64; norma fácil de governar enganando a nação com prosperidade sem base, com lucro rápido para as aventuras, e com bons elementos para manter a política demagógica que dominou no mesmo período, política de carreirismo, de superposição do interesse pessoal ao interesse coletivo, que, de joelhos, devemos pedir aos Ceus que não volte mais.

E' ao particular a quem mais compete eliminar o maior entrave para um completo surto de engrandecimento do país, cuja base só pode ser um poder elevado de compra do brasileiro. Ford que dizia, "posso criticar os métodos vigentes na indústria e a organização monetária e social, segundo o critério de um homem que não foi vencido; e afirmava: "o tipo médio de vida" "determina a prosperidade de um país".

E' o que nos está faltando: a elevação do tipo de média de vida que não tem entrado na cogitação dos produtores; "é muito incerto o negócio cujo único fito é o dinheiro". Se a prosperidade se avalia pelo grau de comodidade em que vive o povo, uma organização tem o seu povo dentro do seu corpo de pessoal.

Um livro em que seu autor pode, com verdade, dizer "os ideais que temos posto em prática são capazes da mais ampla extensão, e que longe de se aplicarem unicamente à construção de automóveis e tratores, podem vir a tornar-se uma espécie de código universal", merece uma reedição, e volumosa, para uma distribuição intensa a particulares que dirigem organizações econômicas. Além de ser uma leitura erudita como tradução de Silveira Bueno.